

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/30303	39284/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCR [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que:

1 - A empresa Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda, solicitou à Direção Geral dos Impostos (DGI) que lhe fosse concedida a isenção .do pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), em conformidade com o disposto na alínea I) do artigo 6.º do Código do IMT (CIMT);

2 - Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitou ao Município de Braga a emissão de parecer vinculativo, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 10º do código do IMT, considerando que a isenção só será reconhecida se a Câmara Municipal de Braga comprovar previamente que se encontram preenchidos os requisitos para a sua atribuição conforme o n.º 3 do artigo 10.º do CIMT.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Que estão reunidos os requisitos necessários para que seja emitido parecer vinculativo de reconhecimento de isenção do IMT à empresa Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda, de acordo com a informação técnica que se anexa;
2. Que a proposta seja aprovada em minuta e submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º e alínea c) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 39098/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Impostos, Taxas e Alterações Regulamentares

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Para efeitos de decisão e tendo em consideração a informação técnica, remete-se o assunto que se segue para apreciação e, caso se entenda superiormente ser de conceder a isenção, deverá ser remetida a Proposta à Reunião de Câmara Municipal, para que posteriormente se emita a certidão de deliberação para envio ao requerente por forma a isentar a Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda.

Caso não haja condições à concessão da referida isenção deverá ser enviado ofício à Autoridade Tributária e Aduaneira comunicando o mesmo.

À consideração superior.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/30188 de 22 de Setembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Defiro nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 22/09/2025

Nº Processo: 39098/2025

Processo: Impostos, Taxas e Alterações Regulamentares - Pedido de Isenção de IMT - Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda

Considerando que:

1. A **Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda** pretende adquirir os prédios urbanos, onde será instalada a Escola Profitecla de Braga, a seguir transcritos:
 - a) fração designada pela letra "A", correspondente ao prédio em regime de propriedade horizontal sito na Rua Dr. Francisco Duarte, n.ºs 116, 120 e 124, 4700-319 Braga, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número 119 da freguesia de São Vitor e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2692 da freguesia de São Vitor, pelo valor de 1.592.000,00€;
 - b) Fração designada por "Terreno Contentores Lixo", correspondente ao prédio em regime de propriedade horizontal sito na Lugar de Santa Tecla, 4715-099 Braga, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número 1572 da freguesia de São Vitor e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4283 da freguesia de São Vitor, pelo valor de 20.000,00€.
2. O imóvel será adquirido à sociedade LUSÍADAS NORTE, S.A., pessoa coletiva 501483691, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, com sede na Rua da Quinta do Pinheiro, nº 5, 2790 Carnaxide.
3. A empresa Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda, solicitou à Direção Geral dos Impostos (DGI) que lhe fosse concedida a isenção .do pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), em conformidade com o disposto na alínea I) do artigo 6.º do Código do IMT (CIMT):

(...) *"Ficam isentos de IMT: as aquisições por Museus, bibliotecas, escolas, entidades públicas empresariais responsáveis pela rede pública de escolas, institutos e associações de ensino ou educação, de cultura científica, literária ou artística e de caridade, assistência ou beneficência, quanto aos bens destinados, direta ou indiretamente, à realização dos seus fins estatutários"(...)*
4. À **Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda** foi-lhe concedida, em 10/11/1999, a autorização prévia de funcionamento à escola profissional,



denominada Escola Profissional Profitecla;

5. O projeto de arquitetura para as novas instalações a ocupar nos prédios que a requerente pretende adquirir mereceu parecer favorável por parte da DGEstE, por se encontrarem reunidas as condições técnicas e pedagógicas para este tipo de instalações, de acordo com o definido no Despacho Normativo n.º 27/99 de 25 de maio – “Regulamentação das condições a respeitar quanto a instalações e equipamentos afetos aos diferentes tipos de escolas profissionais privadas e cursos nelas ministrados”;
6. A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitou ao Município de Braga a emissão de parecer vinculativo, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 10.º do código do IMT, considerando que a isenção só será reconhecida se a Câmara Municipal de Braga comprovar previamente que se encontram preenchidos os requisitos para a sua atribuição conforme o n.º 3 do artigo 10.º do CIMT.

Assim:

Atendendo a que a **Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda** reúne os requisitos necessários à concessão da referida isenção de IMT, remete-se à consideração superior a concessão da isenção de IMT, no âmbito da aquisição do supracitado Imóvel.

Caso se entenda superiormente ser de conceder a isenção, deverá ser remetida Proposta à Reunião de Câmara Municipal, para que posteriormente se emita a certidão de deliberação para envio ao requerente por forma a isentar a **Ensiprof, Ensino e Formação Profissional, Lda**.

Caso não haja condições à concessão da referida isenção deverá ser enviado ofício à Autoridade Tributária e Aduaneira comunicando o mesmo.

À consideração superior.

